

## ENTRE A FARDA E O PINCE-NEZ: A INFLUÊNCIA DA ACADEMIA REAL MILITAR NA FORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Ana Paula Lima Tibola  
Acadêmica do Curso de Graduação em História (PUCRS)  
E-mail: anita\_p12jm21@hotmail.com

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo tratar da relação entre as concepções teóricas presentes no Estatuto da Academia Real Militar e o discurso do Exército expresso no jornal *O Militar*. Analisar essa conexão é um dos objetivos da pesquisa que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS, cuja problemática é entender como se deu a formação do Exército e sua participação na política luso-brasileira durante a primeira metade do século XIX. Ao falar sobre a formação desse corpo técnico do Estado, que é o Exército, procuro destacar o papel da Academia Real Militar, pois vejo na formação acadêmica dos militares o embasamento teórico da ideologia presente no discurso que proferiram no jornal *O Militar*. Portanto, levanto a hipótese de que existiu ampla participação do Exército na política luso-brasileira durante a primeira metade do século XIX e, que as movimentações políticas dos militares foram fomentadas pelo treinamento da Academia Militar, sendo essa instituição produto e elemento disseminador do pensamento militar da época, cuja base é o desenvolvimento e aplicação da ciência moderna.

**Palavras-Chave:** Exército, Império, Modernidade, História das Idéias.

Em meados dos 1850, o jornal *O Militar* imprimia em seus exemplares a seguinte colocação: “Cada época é uma paixão, que a caracteriza e que a domina. A grande paixão, o pensamento dominante do nosso tempo, é o aperfeiçoamento social, é o progresso”. Com essas palavras, o periódico, que começou a ser editado no Brasil em 1854, lança a idéia central dos seus editores, qual seja a preocupação com o desenvolvimento da nação brasileira. Ao que tudo indica, o jornal era produzido por alunos da Academia Real Militar, instituição intimamente ligada ao pensamento cientificista que marcava aquela época. Tal característica tornou a instituição conhecida como um centro formador de “doutores”, e não de militares. Logo, a Academia é apresentada pela historiografia na imagem de uma escola militar

inoperante, desorganizada e desmilitarizada, características que acabaram entendendo-se ao próprio Exército. Muitos autores defendem que o Exército só passa a se profissionalizar a partir de 1850, com a Lei de Manoel Felizardo, e somente após a Guerra do Paraguai, em 1864, é que começa a ter alguma participação política.

O jornal *O Militar*, por sua vez, em meados dos 1850, criticava a política imperial, propunha medidas práticas para o progresso do Estado, colocando-se contra situações que consideravam arcaicas, se confrontadas com a cosmovisão moderna dos alunos da Academia.

A historiografia, que trata da atuação do militares no início do século XIX, pouco diz sobre o papel desempenhado pela Academia na formação dos oficiais do Exército. Ela se preocupa, basicamente, em traçar as relações entre civis e militares durante um período em que se convencionou colocar o Exército como inimigo de uma determinada elite política. A explicação para esse tratamento pode estar no próprio problema que norteia as principais pesquisas sobre os militares no Brasil. Os trabalhos que elegem os militares como objeto de pesquisa começaram a despontar a partir da década de 1960, principalmente no pós-golpe de 64, na tentativa de entender a intervenção do Exército na política. É com esse olhar, buscando a origem da intervenção militar, que os estudiosos se lançaram no passado para descobrir onde teria iniciado o processo que culminaria na ditadura que eles próprios estavam vivendo.

Em um dos textos mais citados pelos autores que tratam da temática “militares”, José Murilo de Carvalho apresenta aspectos importantes acerca da relação entre a Academia Militar e os alunos que formava, revelando a influência da instituição na formação dos oficiais do Exército. Segundo o autor:

A Academia Militar, sobretudo após a entrada do positivismo, transformou-se num centro de estudos de matemática, filosofia e letras, mais do que de disciplinas. A influência positivista intensificou-se depois do ingresso de Benjamim Constant no quadro docente em 1872. Depoimentos de ex-alunos e o conteúdo das revistas publicadas pelos alunos denunciam a predominância de um ambiente muito distante do que seria de esperar numa instituição destinada a preparar técnicos em fazer a guerra (CARVALHO, 2005:23).

Faço essa referência para dar o tom de como a Academia Real Militar é retratada pelos estudos sobre a formação do Exército. Poucos autores dirigiram seus trabalhos especificamente ao estudo dessa instituição, sobretudo se considerarmos a primeira metade do século XIX. Além

do trabalho de Josué Motta (*Formação do oficial do Exército*) – um militar de carreira – é conhecida uma dissertação de mestrado\*, cujo objeto é a Academia Real Militar. Muitas informações sobre a instituição estão presentes em pesquisas na área da engenharia, da matemática, bem como da física, química e geografia. Tais trabalhos fazem referência à Academia, inserindo sua importância para o desenvolvimento dessas áreas. Porém, pouco se fala da contribuição da Academia Real Militar na formação do Exército para se entender como se deu a atuação dos militares na política luso-brasileira. Segundo Cláudia Alves:

No caso particular dos exércitos, a atividade própria à corporação, de defender o território pertencente ao Estado Nação, exigia conhecimentos inerentes a tais campos disciplinares. Por esse motivo, a oficialidade intelectualizada transformou-se, ao mesmo tempo, em produtora e difusora de saberes históricos e geográficos. No Brasil, é possível perceber tanto a atuação individual de oficiais militares quanto a função exercida pelo exército, como instituição, nessa ação criadora e disseminadora. (...). Nessa dinâmica, é possível percebermos a íntima relação presente, no processo histórico, entre a construção do Estado e do conhecimento científico, por meio da intermediação da própria construção institucional do exército nacional como força profissionalizada (2006:3).

Segundo o seu estatuto, a Academia deveria “formar oficiais de Artilharia, inclusive oficiais engenheiros e topógrafos, aptos não só para os misteres militares, como para a direção de trabalhos civis de minas, estradas, portos e canais” (MOTTA, 2001:21). Assim, foi na Escola Real Militar que surgiu o primeiro curso de engenharia do Brasil. O Exército foi o responsável pela formação dos engenheiros civis até 1874. Além desses oficiais, que passaram a ser chamados de “científicos”, a Academia deveria formar oficiais de Infantaria e de Cavalaria. O currículo da academia era dividido em sete anos, sendo a aplicação diferenciada aos alunos da Artilharia e engenharia e aos alunos da Infantaria e Cavalaria.

Somente aos alunos de artilharia e engenharia era exigido o curso completo. Os aspirantes a infantaria e cavalaria precisavam cursar somente o primeiro ano, equivalente a um nível ginásial e colegial, e os assuntos militares do quinto ano. Esse currículo permaneceu inalterado

---

\* Refiro-me à dissertação de mestrado de Elaine Cristina Ferreira Duarte, intitulada *Da Real Academia à Escola Militar: a Profissionalização das Armas e a Consolidação do Ensino Militar no Brasil 1810-1855*, defendida em 2004 pela UERJ.

até 1832, no contexto das crises regenciais. Entre 1832 e 1850, o Estatuto passou por algumas reformas. Essas reformas resultaram da crítica em relação à eficiência no preparo dos oficiais “técnicos”. O currículo deveria ser revisto pela sua complexidade, naquilo que refere à demasia das disciplinas “científicas”, e pela fragilidade na formação de oficiais-soldados. As reformas, no entanto, não alteraram significativamente o currículo neste período.

Foi a partir de 1850, com a Lei de seis de setembro, de Manuel Felizardo, que o curso da Academia Militar passou a ser obrigatório para se alcançar as patentes de oficial. Antes da Lei, para se chegar às patentes mais altas, o critério não era a instrução. O aspecto decisivo era a origem social, as relações de poder, a dedicação à Coroa. Entretanto, muitos oficiais passaram pelos bancos da Academia. Segundo Jeová Mota, entre 1812 e 1850 pelo menos cerca de setenta alunos eram matriculados a cada ano na Academia. É nesse grupo de militares que pretendemos nos concentrar.

A Academia Real Militar foi idealizada pelo Ministro das Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, que já havia participado da elaboração de um plano para a transferência da corte portuguesa para o Brasil. No entender de D. Rodrigo, a preservação da colônia americana seria imprescindível para garantir a soberania de Portugal. Já no Brasil, tratou de executar diversas medidas de desenvolvimento da colônia, entre elas, reformar o Exército. Por sua atuação, recebeu de D. João VI o título de Conde de Linhares. O Conde de Linhares, segundo Nívea Pombo:

Por aqui realizou velhos projetos, como a abertura de estradas e redes fluviais para facilitar as transações mercantis. Em Minas Gerais, incentivou a abertura da Fábrica de Ferro do Pilar, com o objetivo de diminuir a dependência dos produtos ingleses. Elaborou planos para a criação de ovelhas destinadas à indústria da lã. Planejou o primeiro Banco do Brasil, fundado em 1812. Reformou as tropas de linha e de milícia, construiu novas fortificações e promoveu estudos de defesa militar (2008).

Em relação à organização militar, o Conde de Linhares partilhava das mesmas idéias do Conde de Lippe e do Marques de Pombal, de quem era afilhado. O Conde de Lippe foi um militar alemão, chamado por D. José para reorganizar o Exército de Portugal no contexto da Reforma Pombalina em 1772. É fundamental definir, para pensar a Reforma Pombalina, que a concepção de uma linha divisória, como limite rígido que separa dois domínios do saber – a escolástica tradicional e o racionalismo moderno – vincula-se a uma metáfora que possibilita

uma análise comparada. A modernidade é aqui pensada como um modo de civilização fundado pelo Racionalismo moderno. Esse Racionalismo embasou toda a concepção de Ciência moderna, criou uma consciência secularizada, uma fé inabalável na razão, uma crença no progresso o qual destruiria a tradição e criaria condições ideais para o desenvolvimento humano. O projeto moderno introduzido pelas reformas do pensamento nas universidades, nesse período, gestou um sistema de valores o qual se universalizou e unificou o pensamento moderno (GAUER, 1997:135). Ao elaborar plano de uma biblioteca para oficiais, o conde de Lippe escreveu:

A guerra não é para os oficiais um ofício, é uma ciência, e cada um de seus ramos requer estudos especiais; 2) A experiência é uma prática cega que por modo algum dispensa a instrução prévia das teorias científicas; 3) A ignorância em coisas de guerra dá lugar à presunção vaidosa ou a apreensões frívolas, e é certo que, na presença de inimigo hábil, a ignorância dos recursos da arte é igualmente funesta aos valorosos e aos fracos; 4) A falta de instrução tolhe a verdadeira inteligência do espírito das ordens; as luzes adquiridas pelo estatuto são tão necessárias para saber obedecer como para comandar (RIBEIRO apud MOTTA, 2001:19).

Nesse sentido, as funções da instituição militar estariam além da prática em manusear armas e marchar contra os invasores. A concepção de Exército, naquela época, difere da concepção atual do termo. Para o idealizador da Escola Real Militar, a garantia da soberania de Portugal implicava na formação de oficiais competentes e aptos a comandar a ampla atividade dos militares naquele momento. Logo, a partir das concepções do Conde de Linhares, baseadas na racionalização do ensino, foi formulado o Estatuto da Escola Real Militar. A criação da Academia deve ser entendida como produto da Reforma de 1772. Segundo Ruth Maria Chittó Gauer:

Sobre a tarefa de realização da Reforma de 1772, podemos afirmar que o Estado, chamando pra si a responsabilidade de realizar a Reforma universitária, criou um ensino superior vinculado aos seus próprios interesses. Dados esses pressupostos e tomando a concepção de ciência que a comissão responsável pela Reforma demonstrou, é possível perceber que Pombal e o corpo de reformadores que o assessorava concebiam o campo científico como o caminho para construir o ‘verdadeiro homem’, o progresso econômico e social, a ‘felicidade humana’, o encontro do ‘verdadeiro Deus’, assim como para chegar ao conhecimento da ‘verdadeira natureza’. Na visão dos reformadores, a ciência teve um sentido, o sentido de solucionar os problemas humanos, de transformar a história da civilização portuguesa

(1997:136).

Os livros-texto eram produzidos pelos professores, com base em autores pré-estabelecidos pelo estatuto da academia. Posteriormente, os Compêndios eram submetidos a uma Junta Militar que aprovava ou não os livros. Segundo o Estatuto:

O Lente do primeiro ano ensinará Aritmética e Álgebra até as Equações do terceiro e quarto grau, a Geometria, a Trigonometria Retilínea, dando também as primeiras noções da Esférica. (...). O Lente ensinará logo a Álgebra, cingindo-se quanto poder, ao método do célebre Euler nos seus excelentes elementos da mesma ciência, debaixo de cujos princípios e da aritmética e da álgebra de la Croix, formará o compêndio para seu curso, e depois explicará a excelente geometria e trigonometria retilínea de Le Grande, dando também as primeiras noções da sua trigonometria esférica; abrangendo assim um princípio de curso matemático muito interessante, no qual procurará fazer entender aos seus alunos toda a beleza e extensão do cálculo algébrico nas potências, nas quantidades exponentivas, nos logarítmos e cálculos de anuidades, assim como familiarizá-los com as fórmulas de trigonometria, de que lhe mostrará as suas vastas aplicações; trabalhando muito em exercitá-los nos diversos problemas, e **procurando desenvolver aquele espírito de invenção que nas ciências matemáticas conduz as maiores descobertas\*** (Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810).

Essa citação revela a importância da matemática no pensamento dos idealizadores da Academia. O documento só pode ser entendido se inserido no tempo em que foi formulado. Dentro de uma concepção de ciência moderna que “criou um novo homem, cujo valor se encontrava não mais na linhagem familiar, mas no prestígio resultante do seu esforço e capacidade de produzir” (GAUER, 1997:102).

O conteúdo dos livros-texto demonstra uma cosmovisão onde o homem, ao racionalizar o conhecimento passa a ter o domínio da natureza, podendo, então, não só observar, mas transformá-la em benefício próprio. As idéias de “projeto” e “progresso” estão sempre presentes, impulsionadas pela “crença” na superação. O domínio da natureza e, por conseguinte, da matemática, justificavam a aplicação das disciplinas “científicas” dentro da Academia Militar.

---

\* Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810: “cria uma Academia Militar na Corte e Cidade do Rio de Janeiro” e prescreve-lhe Estatuto (coleção de Leis do Brasil)”. Grifo da autora.

No compêndio *Elementos da Astronomia*, o sargento-mor do corpo de engenheiros Manuel Ferreira de Araújo Guimarães advertia que “a astronomia física de Bio, as obras de Vince, de Mackay, e outros astrônomos ingleses fornecerão para esse Compêndio, o qual parece conter daquela ciência os conhecimentos necessários a um militar”. Além de lente da academia, Araújo Guimarães foi redator do jornal *O Patriota*, periódico que circulou no Brasil entre os anos de 1813 e 1814. O prospecto do jornal dizia o seguinte:

Este jornal será consagrado às ciências, literatura, política, comércio, agricultura, etc. Quanto á primeira parte, compreenderá as últimas descobertas nas ciências e artes. Com preferência as que forem devidas a autores nacionais, observações físicas e metalúrgicas do nosso continente, contando-se nas primeiras as do termômetro e barômetro, que servirão para conhecer o estado da nossa atmosfera em diferentes épocas, e ajuizar do nosso clima e temperatura média; expor-se-ão alguns trabalhos geodésicos dos mais hábeis engenheiros, indagações geográficas do Brasil, e outros objetos tão variados como interessantes: na parte da literatura dar-se-ão memórias ou discursos sobre objetos de eloquência, história e poesia, e as composições em cada uma dessas classes, que pareceram dignas do prelo... (O PATRIOTA, 1812).

Voltando as palavras de José Murilo de Carvalho sobre a Academia, “não se poderia esperar que profissionais competentes saíssem dessas escolas, com exceção talvez dos engenheiros militares” (2005:24), visto que o seu currículo, não poderia formar os homens de guerra. Em relação às revistas e organizações dos alunos da Academia. O autor assim se refere:

A Fênix, por exemplo, publicava artigos com os seguintes títulos: ‘A Poesia Científica’, ‘A Positividade do Século’, ‘A Harmonia do Estilo’, etc. Clube Acadêmico não ficava atrás e discutia ‘A evolução Cósmica’, a ‘Concepção de Leibniz’, etc. Nos clubes de debates, os alunos discutiam temas como ‘Será possível a paz Universal?’. Havia várias sociedades literárias e dramáticas (CARVALHO, 2005:24)

A matemática precede ao positivismo e a chegada de Benjamin Constant à Academia Militar, em 1872. Ela fundamenta o próprio estatuto da escola, pois é a base do pensamento de seus fundadores dentro do projeto modernizador do Estado português. No pensamento militar da época, a matemática é a maior das ciências, pois como dizia Manoel Ferreira de Araújo Guimarães: “Debaixo do nome matemáticas, se compreendem as ciências, que tem por objeto os Números, a Extensão, o Movimento, a Luz, e em geral tudo o que é suscetível de

argumento ou de diminuição.” Em elogio ao Rei de Portugal, afirmava Manoel Ferreira:

(...) se dignou mandar imprimir esta tradução de custa da Sua Real Fazenda, para que por este meio todos os seus vassallos, a quem, ou a falta de exemplares, ou de conhecimentos da língua em que foram escritos, tornava inúteis estes Elementos, se aproveitem de sua lição. E que é esta uma prova dos extremos cuidados, com que V.A.R. promove o aumento das Ciências Matemáticas este país; destas Ciências, de que dimanam interesses, que segura as fortalezas, defende as praças, ensina o soldado a fazer bom uso prodigioso das pequenas forças, que lhe confiou a natureza, e franqueia os mares ao impávido Português para levar à paízes remotos, e por ventura à climas desconhecido, o Augusto Nome de Seu Amável Príncipe. (Retirado do documento “Curso elementar e completo de matemáticas puras” de Manoel Ferreira de Araújo Guimarães).

A idéia de desmilitarização e inoperância deve-se a uma visão que limita o “ser militar” à atual concepção que temos de exército. Para entender a relação da matemática com o Exército, é necessário buscar o pensamento militar da época. Analisando as concepções de ciência moderna presentes no estatuto da Academia Real Militar e nas idéias dos seus formuladores, é possível entender que a política, a guerra, o estado e a ciência não se desvinculavam. Nesse sentido, a análise que procuro elaborar baseia-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História das Idéias. A história das idéias, que segundo Franklin Baumer “concentra-se nas idéias dos homens, no mundo interior do pensamento, enquanto eles habitam em grande parte no mundo exterior da ação” (BAUMER, 1977:21), nasceu na história política e foi alargada por tratar de assuntos que abrem “portões nas cercas” (LOVEJOY, 2005:25). Essa concepção de história possui um método que permite buscar as idéias que subsidiaram a formação do corpo técnico que constituiu parte dos aparelhos do Estado, caso do Exército, na primeira metade do século XIX. Buscar a compreensão do conhecimento científico, assim como da ideologia desse corpo técnico é uma possibilidade de compreender o pensamento militar dessa época. No início do XIX a França era um exemplo a ser seguido no campo militar. Analisando o caso da França Paul Virilio diz o seguinte:

(...) às vésperas da revolução burguesa de 1789, ao corpo de engenheiros militares seria atribuída, providencialmente, uma tarefa nacional: encarregava-se não só da construção/destruição da muralha urbana, mas também da expansão do talude logístico ao conjunto do território (...). Não é preciso dizer mais nada sobre a reputação excepcional do corpo de

engenheiros militares a partir do século XVII, reputação que transformar-se-ia, no século XIX, num verdadeiro culto, na filosofia, no romance. O engenheiro celebrado como “sacerdote as civilização” (Saint-Simon). (VIRILIO, 1996:29)

O papel da engenharia na guerra corresponde a um processo de “construção/destruição da muralha urbana”, que remete à importância da racionalização do conhecimento. Para Virilio, “é dessa carga logística equívoca que nasce o amálgama do planejamento e da organização dos combates e dos territórios, batizada de ‘Defesa Nacional’ pela revolução burguesa” (VIRILIO, 1996:30). Segundo o autor, um precursor desse pensamento foi o Marechal francês, engenheiro militar e escritor Sébastien le Prestre Vauban. É ilustrativa a caracterização de Henry Guerlac sobre a figura de Vauban. Segundo o autor:

O conhecimento técnico, a perícia em matemática aplicada, o amor à precisão e a ordem e a participação como membro da Académie des sciences, ainda com mais felicidade, simbolizavam em Vauban a nova importância do conhecimento científico para o bem estar do Estado. O raciocínio cartesiano, o papel da ciência aplicada na sociedade, tanto na paz quanto na guerra; o espírito géométrique da época: todos estavam encarnados no homem, visíveis no enorme traçado das fortalezas que projetava (GUERLAC, 2001:111)

É impossível que essas idéias não chegassem à Academia Militar brasileira. Segundo a historiografia, o exército brasileiro tem uma estrutura de Antigo Regime, onde as altas patentes eram alcançadas pelo jogo político e não pela formação técnica, longe do padrão moderno. Porém, as idéias contidas no estatuto estão presentes na fala dos militares, principalmente quando esses se dirigem ao governo. No “Artigo de abertura”, de 11 de julho de 1854, os autores se posicionam da seguinte maneira:

De há muito que sentimos a necessidade da publicação de uma folha, em que sejam tratadas as questões militares. E, na verdade, o Brasil que se esforça por caminhar nas vias do progresso, que principia a desenvolver seus imensos recursos, e a excitar a cobiça do avaro estrangeiro, poderá consentir que os garantes da sua soberania se conservem estacionários quando com os olhos na história reconhece que a prodigalidade da natureza, que a sã razão dos povos, não são bastante para constituir uma grande nação? (O MILITAR, 1854).

O jornal *O Militar*, diversas vezes citado por John Schulz em “O Exército na Política”, deu

voz aos militares, pouco referidos nos estudos que tratam sobre o Império. Esse periódico nos permite pensar que, mesmo antes da Guerra do Paraguai, os militares já estavam bem articulados e identificados por um pensamento que remete ao racionalismo moderno, base do estatuto da Academia Real Militar, e à cosmovisão dos criadores da instituição. Em 20 de setembro de 1854, *O Militar* dizia o seguinte:

O Brasil, país novo, de extenso território, sem ter espalhado a semente da civilização por todo o seu interior, eivado de potentados locais, imbuídos da idéia de feudalismo que herdamos dos donatários portugueses, necessita de uma força convenientemente organizada, que sobranceira a essas influências perniciosas, faça chegar a ação governamental a esses asilos do crime e da barbárie... (O MILITAR, 1854).

É justamente no descompasso dessa realidade com as idéias que pairavam na Academia Real Militar que percebemos as motivações dos militares naquele momento. Segundo Schulz:

Nessa época [meados de 1850], a academia militar do Rio constituía uma ilha-bem informada em meio a ignorância geral da sociedade. Os estudantes militares, ao contrário da maioria dos seus compatriotas, eram de opinião que o Brasil precisava lutar para implantar aqui as conquistas econômicas da Inglaterra e da França: industrialização, construção de estradas de ferro, abolição da escravidão, educação generalizada e um governo honesto com carreiras abertas ao talento (SCHULZ, 1994:18).

Os militares atribuíam à “classe legista” a manutenção dos entraves que freavam o progresso do país. A partir das páginas de *O Militar* é possível identificar um discurso modernizador por parte dos redatores do jornal, alunos da Academia Real Militar. Portanto, há uma grande influência da concepção de ciência moderna, explícita no Estatuto e nos manuais da Academia:

Srs. Legistas: o período de vossa usurpação está acabando...Deixastes chegar a agricultura até as bordas da sepultura, não lhe proporcionando os braços de que necessita, retirando depois os poucos de que ela dispunha sem substituí-los por outros, não promovendo por meio algum a introdução dos melhoramentos nos processos agrícolas imperfeitos que ela usa, enfim não tratando (...) as vias de comunicação, elemento indispensável para sua prosperidade (O MILITAR, 1855).

O discurso de *O Militar* é utilizado, em muitos momentos, para subsidiar a tese de que existia um conflito entre os oficiais militares e os bacharéis de direito. Penso esse discurso como um

choque entre idéias modernas e os vícios perpetuados neste espaço desde o período colonial. Entendo que os artigos dos jornais são antes resultados de formação e vivência acadêmica do que o ponto de partida para as movimentações políticas do Exército na segunda metade do século XIX.

---

### Referências bibliográficas

ALVES, Claudia. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, v. X, núm. 218 (60). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-60.htm>> [ISSN: 1138-9788]

\_\_\_\_\_. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BAUMER, Franklin. *O Pensamento Europeu Moderno*. Séculos XVII e XVIII. Lisboa: Edições 70, 1970, v.1.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

COELHO, Edmundo Campos Coelho. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Record, 2000.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Construção do Estado-Nação no Brasil: A contribuição dos egressos de Coimbra*. Curitiba: Juruá Editora, 1997.

GUERLAC, Henry. VAUBAN: o impacto da ciência na guerra. IN: PARET, Peter. *Construtores da Estratégia Moderna*. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 2001.

LOVEJOY, Arthur O. *A grande cadeia do ser*. São Paulo: Editora Palíndromo, 2005.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

POMBO, Nívea. O inventor do Brasil. *Revista de história da Biblioteca Nacional*. Edição n. 33, junho de 2008.

SCHULZ, John. *O Exército na política: Origens da intervenção militar., 1850-1894.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Adriana Barreto de Souza. “A serviço de sua majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro” IN: CASTRO, Celso; IZECKSONHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *Nosso Exército: essa grande escola.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política.* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

#### **Jornais**

O MILITAR, Rio de Janeiro, 1854-1855.

O PATRIOTA, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1812.

#### **Documentos**

CARTA de Lei de 4 de dezembro de 1810: (Coleção de Leis do Brasil). Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1.pdf> .

*Curso elementar e completo de matemáticas puras. Ordenado por LA CAILLE, argumentado por MARIE e ilustrado por THEVENEAU. Traduzido do francês e dedicado a sua alteza real o Príncipe Regente, nosso senhor, por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães.* Lisboa: Oficina Patriarcal de João Procópio Correa da Silva, 1800. Disponível em <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/91025.html>